

Transição do ensino fundamental para o ensino médio integrado – um estudo de caso no IFCE campus Canindé

Transition from elementary education to integrated high school – a case study at ifce campus Canindé

Raimundo Jackson Nogueira da Silva¹ & Bárbara Suellen Ferreira Rodrigues²

Resumo: A transição dos estudantes do ensino fundamental para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) integrada ao ensino médio é um dos grandes desafios da educação contemporânea. Essa questão, que emerge das reflexões do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), está intimamente ligada à vivência do pesquisador na Educação Básica. O estudo busca compreender como se dá a adaptação dos alunos da rede pública ao ingressarem nos cursos técnicos integrados em Eletrônica e Eventos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) *Campus* Canindé. A pesquisa, de natureza qualitativa e realizada em campo, utilizou entrevistas com alunos e coordenadores como principal metodologia, com o objetivo de analisar o processo de transição e integração dos estudantes. Por meio de uma análise textual aprofundada, o estudo abordou questões relacionadas ao currículo, à rotina escolar, e aos aspectos sociais, culturais e econômicos que impactam essa experiência. Como parte dos resultados, foi desenvolvido um manual de orientação intitulado “*Chega pra cá no IF Canindé*”, voltado a facilitar a integração dos novos alunos e a promover uma transição educacional mais acolhedora. Além disso, a pesquisa destacou o papel social essencial desempenhado pelo IFCE *Campus* Canindé na região dos sertões de Canindé. A instituição, comprometida em garantir que as políticas de assistência estudantil alcancem seus alunos, enfrenta desafios como a distância e outras dificuldades identificadas no estudo. Essas iniciativas fortalecem a missão do IFCE de contribuir para a inclusão educacional e o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Ensino Médio Integrado. Transição Escolar. Ensino Fundamental. Acolhimento.

Abstract: The transition of students from Elementary Education to Professional and Technological Education (EPT) integrated with high school is one of the major challenges of contemporary education. This issue, emerging from the reflections of the Graduate Program in Professional and Technological Education (ProfEPT), is closely linked to the researcher's experience in basic education. The study aims to understand how public school students adapt when enrolling in the integrated technical courses in Electronics and Events at the Federal Institute of Education, Science, and Technology of Ceará (IFCE) *Campus* Canindé. The research, qualitative in nature and conducted in the field, utilized interviews with students and coordinators as its main methodology to analyze the process of transition and integration. Through an in-depth textual analysis, the study addressed issues related to the curriculum, school routine, and the social, cultural, and economic aspects that influence this experience. As part of the results, a guidance manual titled “*Welcome to IF Canindé*” was developed to facilitate the integration of new students and promote a more welcoming educational transition. Additionally, the research highlighted the essential social role played by IFCE *Campus* Canindé in the Canindé hinterland region. The institution, committed to ensuring that student assistance policies reach its students, faces challenges such as distance and other difficulties identified in the study. These initiatives strengthen IFCE's mission to contribute to educational inclusion and regional development.

Keywords: Professional and Technological Education. Integrated High School. School Transition. Elementary Education. Welcoming.

1. INTRODUÇÃO

O ser humano desde o seu nascimento passa por diversas transformações, sejam elas físicas ou cognitivas. Essas etapas transitórias desenvolvidas não são fáceis, exigindo de cada indivíduo o acúmulo ou construção do autoconhecimento, influenciado pelas condições

socioculturais e econômicas, perpassando nos anseios individuais, na relação familiar e na vida acadêmica construída, principalmente no conceito ou visão do papel da escola. Importante ressaltar que ao longo de diferentes gerações e décadas, é possível observar uma constante evolução nos costumes, comportamentos e valores, o que

¹ Discente do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT – IFCE, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- IFCE, e-mail: jacksoneafi13@gmail.com

² Professora do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT – IFCE, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- IFCE, e-mail: barbarasuellen@ifce.edu.br

leva a uma gradual reestruturação da representação social, assim como dos indivíduos que fazem parte do contexto sócio-histórico-cultural.

Shweder (1990) afirma que as tradições culturais e as práticas sociais expressam, transformam e permutam a psique humana, por meio das formas de interação entre sujeito e objeto; eu e outro, psique e cultura, pessoa e contexto, praticante e a prática de viver juntos; trata-se de uma atuação conjunta desses elementos que se constroem mutuamente.

No ambiente escolar, é essencial estarmos cientes dessas transformações para que educadores, pais e a sociedade possam orientar adequadamente o adolescente e jovem durante esse processo, que são direcionados pelo seu projeto de vida, aquilo que “almeja” e os caminhos a serem trilhados, principalmente na etapa da juventude. Na via acadêmica, podemos considerar algumas etapas de transição, sendo estas: 1º - Chegada na escola, 2º - Educação Infantil para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais, 3º - Ensino Fundamental – Anos Iniciais para o Ensino Fundamental – Anos Finais, 4º - Ensino Fundamental – Anos Finais para o Ensino Médio, 5º Ensino médio para a Universidade. Essas transições, muitas vezes, não são acompanhadas de uma devida preparação do educando, o que pode gerar impactos nas esferas acadêmica e socioemocional dos mesmos, o que é preconizado por Cunha, 2022:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013) apontam como um dos problemas encontrados no ensino fundamental a falta de articulação dele com a educação infantil (etapa anterior) e o ensino médio (etapa posterior), além de problemas na própria articulação interna dos anos iniciais (1º ao 5º ano) com os anos finais (6º ao 9º ano) (CUNHA, 2022, p. 14).

Em cada uma dessas etapas ocorre momentos de rupturas e transformações, sendo a primeira o desafio de sair de casa e entrar na rotina escolar, ainda na educação infantil. Ao chegar no ensino fundamental, a criança leva consigo “o brincar” adquirido na primeira etapa, que deve ser deixado de lado para o foco da alfabetização. Já no 6º ano do EF anos finais, ocorre outra etapa de transição, tem-se um choque, pois na maioria dos casos, a criança deixa de ter um professor por turma (polivalente) e passa a ter um professor por disciplina / componente, mudando novamente sua rotina. É a última ou penúltima, dependendo dos objetivos de cada jovem, porém a mais desafiadora, é a transição do ensino fundamental para o ensino médio. Ao percorrer esse caminho, muitas crianças e jovens acabam deixando a escola por diversos fatores que variam pelo contexto familiar, principalmente no quesito econômico, pela falta de estrutura escolar ou pela falta de identidade e pertencimento com a escola.

De acordo com Fernando e Cruviel (2022, p.19),

A educação básica enfrenta desafios consideráveis em relação à evasão escolar. Embora tenha havido um aumento no percentual de pessoas com 25 anos ou mais que concluíram o ensino médio, passando de 46% em 2016 para 48,8% em 2019, ainda mais da metade da

população não alcançou essa etapa de formação. Outro dado relevante diz respeito ao atraso ou abandono escolar (AE), que afetava 12,5% dos jovens entre 11 e 14 anos e 28,6% dos adolescentes entre 15 e 17 anos. Entre os indivíduos de 18 a 24 anos, quase 75% abandonaram ou estavam com seus estudos atrasados, sendo que 63,5% não frequentavam a escola e não concluíram o ensino obrigatório, enquanto 11% estavam em atraso em relação à série adequada para a idade (Cruviel, 2022, p. 19).

É fundamental ponderar acerca da evasão escolar, uma vez que se trata de um desafio influenciado por diversos fatores. É imprescindível canalizar esforços através de políticas públicas que garantam a presença e o êxito desses jovens, possibilitando assim a continuidade de sua jornada educacional.

Ao chegar no ensino médio (EM), os jovens (ou adolescentes em transição), se deparam com diversas dúvidas, entre elas estão de seguir os estudos ou buscar oportunidade de trabalho. Diante das condições econômicas, muitos jovens optam pelo trabalho ou deixam os estudos em segundo plano. Já outros visam somente concluir o EM e se direcionar para o mercado e uma pequena parcela segue para o nível superior.

Ao abordar a juventude ou juventudes, faz-se necessário compreendermos como sujeitos da história, embalados por sonhos e na perspectiva de mudanças constituídas pelas diversidades do processo histórico, social e culturais, que conforme Dayrel (2003, p.3) essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, e também das regiões geográficas, dentre outros aspectos.

Compreendendo os desafios que assolam a juventude, principalmente nessa fase de transição do ensino fundamental para o EM, surgem os Instituto Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), visando atrair essa juventude e prepará-la para o mercado de trabalho em concomitância ao ensino médio e técnico profissionalizante. Os institutos buscam promover e desempenhar um papel fundamental na formação da juventude, fornecendo educação de qualidade, promovendo a inclusão social, estimulando a pesquisa e inovação, e contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional.

Segundo Dayrell e Carrano (2003), uma das abordagens amplamente reconhecidas para compreender os jovens é aquela que os enxerga em um estado de transitoriedade, em que são considerados como indivíduos em processo de se tornar algo, com o futuro projetado como validação para o significado de suas ações no presente. Sob essa perspectiva, a juventude é percebida como algo que ainda não alcançou sua forma final, resultando na negação da experiência presente.

Visando democratizar o ensino as classes populares, surge em no Brasil, a Lei nº 12.711, sancionada em 29 de agosto de 2012, conhecida como a Lei de Cotas nas Universidades, que é uma política pública com objetivo principal de promover a inclusão social e reduzir as

desigualdades educacionais, garantindo o acesso de grupos historicamente sub representados nas universidades e instituições de ensino superior. Ela estabelece a reserva de vagas em instituições públicas para estudantes que se enquadram em determinados critérios, como raça/etnia, origem socioeconômica ou ter estudado em escolas públicas.

Além de assegurar a inclusão das classes populares nas Universidades e Institutos Federais de Ensino, surgem outras propostas que viabilizam a permanência e o sucesso desses estudantes dentro dessas instituições, como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (MARINHO; MENDES, 2019). Dessa forma, na atualidade, metade das vagas no Ensino Profissional Técnico de Nível Médio Integrado dos Institutos Federais, incluindo o IFCE - Campus Canindé, são reservadas para estudantes provenientes de escolas públicas, o que estimula um maior interesse desses alunos em seguir o Ensino Médio Integrado (EMI).

Neste contexto, propomos uma investigação sobre o processo de transição dos estudantes do Ensino Fundamental para o Ensino Médio Integrado, por meio de um estudo de caso no IFCE – Campus Canindé. O interesse pela pesquisa decorre da experiência adquirida enquanto Coordenador Pedagógico em escolas municipais de Ensino Fundamental, o que motivou a busca por uma compreensão mais aprofundada dos desafios enfrentados pelos alunos do 9º ano ao ingressarem no Ensino Médio, especialmente no Ensino Médio Integrado. O objetivo é investigar tanto a curiosidade quanto as dificuldades enfrentadas pelos estudantes, bem como as possibilidades para que essa transição ocorra de forma bem-sucedida, considerando os fatores que podem facilitar ou dificultar esse processo.

No processo seletivo para os cursos técnicos de nível médio, o IF Campus Canindé adere à Lei de cotas, reservando 50% das vagas para estudantes provenientes de escolas públicas, levando em consideração também a renda familiar e a diversidade étnico-racial, contemplando estudantes pardos, negros, indígenas e pessoas com deficiência.

Neste contexto, compreendendo que a transição acadêmica pode gerar necessidade de adaptação e sentimentos diversos, torna-se essencial realizar uma abordagem ou estudo sobre os estudantes provenientes de escolas públicas que ingressam no IF Campus Canindé. Isso levanta os seguintes questionamentos:

1. Quais políticas o IF *Campus Canindé* realiza para garantir a transição da etapa do ensino fundamental para o médio integrado?
2. Quais desafios os estudantes dos cursos técnicos em eletrônica e eventos vivenciam nessa nova etapa de ensino?
3. Quais limitações, perspectivas e anseios ao processo de profissionalização estes estudantes carregam?
4. Qual índice de aprovação, reprovação, evasão ocorre nos cursos técnicos integrados em eletrônica e eventos, e que público é esse? Existe incentivo da família? Comunidade?

Nesse contexto, acreditamos que este estudo

desempenhará um papel crucial na formulação de uma política interna institucional que tenha um impacto substancial na orientação dos alunos durante a transição do ensino fundamental para o ensino médio, visando aprimorar continuamente essa experiência acadêmica.

Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender o processo de transição dos estudantes dos cursos de Eletrônica e Eventos, oriundos de escolas públicas, no Instituto Federal Campus Canindé. Especificamente, busca-se: conhecer os principais desafios enfrentados por esses estudantes na transição do ensino fundamental para a Educação Profissional Técnica (EPT); analisar as diferenças entre o Ensino Fundamental e a EPT de Nível Médio Integrado, comparando-as às percepções dos alunos, especialmente no que tange ao currículo integrado e ao trabalho como princípio educativo; identificar as ações de apoio à transição e acolhimento desenvolvidas no IF Campus Canindé; e desenvolver um produto educacional, a "Cartilha de Orientação do IF Canindé", que auxilie os alunos nesse processo de transição.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Juventudes

O tema juventude nem sempre foi objeto de estudos e pesquisas. Houveram tempos em que não se considerava esse período como etapa da vida, mas sim como uma passagem entre o ser criança e o ser adulto, uma etapa da vida apenas com projeção no futuro, no vir a ser. No entanto, a partir da década de 1990, essa percepção começou a mudar, ainda que de forma pequena e lentamente, quando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi promulgado em nível nacional e internacional, com a fundação da Organização Ibero-Americana da Juventude, da qual o Brasil é membro (VECCHIETTI, 2019).

De acordo Dayrell & Jesus (2013) com a evolução de políticas públicas, estudos e debates a respeito do tema juventude, começou-se a se perceber essa etapa como essencial para o desenvolvimento do ser adulto. Entretanto, "no Brasil, os jovens, parcela importante da população, permanecem praticamente não reconhecidos como sujeitos de direitos".

Segundo o ECA (BRASIL, 1990) reconhece-se adolescente, o indivíduo dos 12 aos 18 anos de idade. No entanto, a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera que a adolescência é composta por três momentos: pré-adolescência dos 10 aos 14 anos, adolescência dos 15 aos 19 anos completos e juventude dos 15 aos 24 anos. Já de acordo com o Estatuto da Juventude jovens são indivíduos de 15 a 29 anos de idade.

A juventude é um momento da vida na qual divisões rígidas etárias são arbitrarias, já que os jovens vivem em realidades diferentes numa sociedade repleta de várias desigualdades. No estudo da juventude é necessário reconhecer que propostas homogêneas de identificação e definição de idade dessa fase devem ser deixadas para trás (LEBOURG, 2015).

Embora os jovens estejam presentes em qualquer período da história, a juventude é uma construção histórica e social e que nem sempre existiu (VASCONCELOS,

2014). Logo, a mesma obtém consistência social a partir da sociedade industrial moderna e as representações se transformam segundo as modificações da sociedade.

Atualmente, nos encontramos em uma era em que a juventude está relacionada ao desenvolvimento tecnológico e a cultura da internet (VASCONCELOS, 2014). As sociedades estão em constante transformação, levando a mudanças de comportamento e pensamento (ROSA, 2016), por isso os jovens são uma categoria que se produz socialmente e se modificam “historicamente de sociedade para sociedade e dentro de cada sociedade de acordo com as diferenças internas a cada grupo ou classe social.” (GROSBAUM; FALSARELLA, 2016).

As pesquisas sobre os temas juventude e adolescência não chegaram a um consenso. Acredita-se que “a adolescência tem suas próprias diferenças de acordo com o ambiente social, econômico e cultural em que os adolescentes crescem. A criança pode “adolescer” brevemente” de acordo com ambiente (LEITE, 2010). Vivências e vividos não podem ser congeladas, pois ao depender das, pois dependendo das condições de vida de cada indivíduo, a entrada na adolescência e na juventude irá acontecer em tempos e de formas diferentes.

Existem pesquisadores que defendem o uso do termo “juventudes” justificando que no plural, é possível dissolver debates tão importantes a respeito das diversas construções identitárias existentes nesse momento da vida, tão repleta de possibilidades. Pode-se até argumentar que dentro de um mesmo grupo etário, socioeconômico e cultural ainda existem grupos distintos, pois os jovens são formados por identidades próprias, vivências e experiências únicas (VECCHIETTI, 2019).

Se o termo juventude for analisado sob a ótica do materialismo histórico e do materialismo dialético, considerado em termos de totalidade e especificidade histórica, sofrendo influência dos contextos dos quais é abstraído, resultando do processo de geração do conhecimento pode-se afirmar com Fávero e Previtali (2016) que:

Na pesquisa sobre a juventude, este é o desafio: estabelecer o conjunto de mediações que explicam a juventude – categoria universal – em suas singularidades, ou seja, nas relações sociais e históricas, no espaço e no tempo, em que elas são produzidas e reproduzidas, buscando compreender os jovens singulares em sua totalidade, sempre articulando, por um conjunto de mediações, o ser singular com o ser social e a consciência social. Desta forma, o estudo da juventude em sua totalidade deve contemplar todas as esferas da vida social, como as relações de trabalho e classe, de educação, familiares, culturais, religiosas, de sociabilidade, entre outras, compreensível somente, como disse Marx (2008b, p. 258), pela “viagem de modo inverso”, do método de “elevar-se do abstrato ao concreto”.

Autores como Dayrell (2007) apresentam para a reflexão, a “condição juvenil”. Trabalhando com a ideia dessa condição, apontam a sua dupla dimensão, de acordo com o que segue:

Condição juvenil refere-se à maneira de ser, à situação de alguém perante a vida, perante a sociedade. Mas, também, se refere às circunstâncias necessárias para que se verifique essa maneira ou tal situação. Assim existe uma dupla dimensão presente quando falamos em condição juvenil. Refere-se ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo da vida, no contexto de uma dimensão histórico-geracional, mas também à sua situação, ou seja, o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia etc.

As formas de abordagem do termo juventude carregam várias reflexões, assim é necessário complementá-las enfatizando suas ligações com o termo adolescência.

De forma concisa e clara, a polêmica que existe na utilização dos termos adolescente e jovem, é apresentada por Freitas (2019), Abramo (2005) e Sposito (2005 apud LEITE 2010):

A diferenciação etária entre os termos jovem e adolescente não é consensual nos diferentes campos acadêmicos que se ocupam de tais questões, nem tampouco entre gestores de políticas públicas, ou mesmo no senso comum. Em geral, na produção acadêmica, a opção por um ou outro termo não se dá propriamente em função da idade que se aborda, mas, sim, por conta do seu campo de inserção. Percebe-se que a expressão adolescente é mais frequente nos estudos do campo da psicologia, enquanto a sociologia costuma dar preferência às palavras jovem e juventude, incluindo, nessa identificação, os jovens mais jovens.

Outros pesquisadores destacam que:

A juventude constitui um momento determinado, mas que não se reduz a uma passagem, assumindo uma importância em si mesma como um momento de exercício de inserção social, no qual o indivíduo vai se descobrindo e descortinando as possibilidades em todas as instâncias da vida social, desde a dimensão afetiva até a profissional. (IDEM, 2013).

Para Vecchietti (2019) a juventude é um momento de grande significado na vida que exige mais reflexão e pesquisas para melhor entender e dar maior visibilidade a esses indivíduos, abrindo espaço para que eles possam revelar os sonhos e as angústias que vivenciam diante das escolhas que necessitam fazer de forma precoce estacionadas pelo que se quer hoje, ao mesmo tempo que se vive a adolescência/juventude e não apenas no que esperam do jovem, quando adulto, futuramente.

De forma geral, a juventude no percurso histórico e social da sociedade moderna simboliza um momento entre a infância e a vida adulta e com sua forma específica de inserção na sociedade. Inserção e construção de estilos

de vida que acontecem de forma plural frente a diversas experiências, conflitos e oportunidades sociais na história ao qual pertence uma determinada geração de jovens; mais diversa esta inserção e construção dos modos de vida quando observadas as modificações entre diferentes grupos de jovens, regiões, países, condição econômica, social e tempo histórico considerado (DUBET, 2006).

2.2 Transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) no Brasil, existem mais de 47 milhões de jovens e, atualmente, em todo o país, existem milhares de jovens cursando o ensino médio – período marcado por mudanças na construção da identidade, por maior autonomia pessoal e por um novo modo de se relacionar com suas famílias, suas escolas, seus grupos de amigos e sua comunidade. A juventude de classes populares enfrenta, ainda, várias dificuldades de acesso e de permanência na escola durante esse período, além de, inúmeras vezes, ingressarem nesse nível de escolaridade com distorção idade/série em função de trajetórias de estudo que envolvem, em muitos casos, rupturas no processo e/ou reprovações (LEBOURG, 2021).

Segundo Gomes (2018) as transições na vida estudantil levam os alunos a encararem demandas diversas que transcendem a aprendizagem, como a nova fase biológica e um novo sistema de regras diferente. Desta forma, além do aprendizado, na transição haverá questões referentes à autoestima, autoconceito, relações interpessoais fazendo os estudantes descobrirem a cada dia o que são e vão ser. Para Lebourg (2015) a chegada ao ensino médio no Brasil não é acessível para todos. Muitos estudantes são excluídos dessa etapa de ensino, jovens da zona rural e que não têm escolas próximas às suas casas, que trabalham, que já constituíram família, que estão à margem da lei ou privados de liberdade, entre vários outros.

Vecchietti (2019) ao falar sobre os estudantes que estão concluindo o ensino fundamental faz a seguinte reflexão:

Os estudantes concluintes do ensino fundamental enfrentam um desafio diante de duas significativas transições/passagens que precisam realizar nesse momento da vida: uma delas refere-se à continuidade de sua vida acadêmica no ensino médio e a outra é a passagem da adolescência ao universo dos jovens. Embora estas experiências não tenham sido muito contempladas nas pesquisas com estudantes nessa faixa etária considera-se importante dirigir o olhar para esse público que vive esta experiência, considerando que ela implica mudanças não apenas pessoais, mas contextuais, sociais, entre outras. (VECCHIETTI, 2019).

O ingresso no ensino médio pode ser considerado para os jovens como um momento simbólico onde eles saem da condição infantil e caminham ao mundo juvenil, o que pode gerar sentimento de insegurança, angústia e

ansiedade. Ressalta-se como motivos de impacto na transição a maior cobrança, defasagens de aprendizagem em relação à etapa anterior, a forma de avaliação entre outros. Os jovens relatam nas pesquisas que este é um momento de mudança dramática em suas formas de ser estudantes (PACHECO, 2012).

No momento que alguns estudos ou publicações analisam os últimos anos do ensino fundamental concluem além de sua invisibilidade, a urgência de estudos e pesquisas com esses indivíduos. De acordo com pesquisas efetuadas pode-se afirmar que os jovens que concluíram o ensino fundamental não têm sido alvo de estudos acadêmicos. Assim esta “invisibilidade” necessita ser analisada, tendo em vista que a maior parte dos estudos sobre a transição entre etapas de ensino são associados ao fim do ensino médio e a entrada no ensino superior. Corti e Souza (2005) colocam que:

A juventude, embora possa ser considerada como um período da vida com alguma unidade, possui também diferenciações internas relacionadas ao desenvolvimento fisiológico, psíquico e social dos sujeitos nos seus diferentes estágios, que, grosso modo, classificamos por categoria ou classe de idade. Assim, jovens de 12 anos apresentam certas características e vivências que os distinguem de jovens de 20 anos de idade. Por isso, a diferenciação entre adolescência e juventude pode enriquecer nossa compreensão destas fases da vida, sem homogeneizá-las excessivamente.

Ainda pode-se destacar que por maior que seja a ausência desses indivíduos em estudos e pesquisas, existem centenas de *websites* que apresentam as preocupações de incontáveis escolas com estudantes que se encontram no processo de transição do 9º ano do ensino fundamental para o 1º ano do ensino médio, evidenciando a importância dos orientadores educacionais e professores no acompanhamento neste momento e dos desafios que ele anuncia para os alunos. Além de terem que passar por várias exigências nos estudos, encaram conflitos referentes às transformações físicas e emocionais intrínsecas a esta nova idade. Tais mudanças são algumas vezes seguidas de reclamações ligadas ao número de disciplinas, do medo de não conseguir acompanhar os novos conteúdos entre outros aspectos, resultando em uma passagem muito delicada.

Segundo Gomes (2018) a passagem do ensino fundamental para o ensino médio integrado nos Institutos Federais deve considerar alguns aspectos que incluem: uma maior carga horária (tempo integral), a mudança de escola, as perdas e construções de novos vínculos no novo espaço, o nível elevado de qualificação de servidores e professores, o aumento no espaço físico da instituição e por consequência maior número de pessoas convivendo nesses espaços, o treinamento para o mundo do trabalho, entre outras coisas. E ainda, irão se deparar com um número maior de disciplinas e conseqüentemente de exercícios escolares, multiculturalidade dos servidores e alunos e convívio com estudantes de diferentes níveis educacionais como os de graduação e especializações (JOST, 2019).

Ao ingressar nos Institutos Federais os alunos se

vem na obrigatoriedade de mudança de escola, tendo em vista que os Institutos não oferecem o ensino fundamental. Assim os ingressos se deparam com um ambiente novo com sua própria cultura escolar, com uma proposta metodológica que difere da maior parte das escolas de ensino fundamental públicas. Ainda se deparam com um currículo de forma geral totalmente distinto do que eram acostumados, além de novos componentes curriculares (ZIMBENBERG, 2016). Ressaltando que o ensino médio integrado à educação profissionalizante tem como proposta currículo integrado que tem por objetivo unir os conteúdos voltados à formação geral com aqueles ligados a parte técnica e tecnológica, procurando o diálogo entre teoria e prática, de forma a contextualizar a escola com a vida por meio de um olhar cuidadoso aos interesses e necessidades da juventude (VASCONCELOS, 2014).

De acordo com Jost (2019) a passagem do ensino fundamental para o médio é marcada por um processo de readaptação à condição de ser estudante, tendo como características sentimentos de angústia, ansiedade, insegurança e curiosidade. Os estudantes iniciam sua caminhada em um instituto federal alegres pela aprovação e terminam desenvolvendo sentimentos de não conseguir lidar com todas as exigências da nova fase escolar, especialmente pela quantidade de atividades estabelecidas e isso se apresenta como uma barreira a motivação do curso escolhido.

Os autores Andrade e Cruz (2016) afirmam que fazer o acompanhamento dos estudantes que ingressam no ensino médio integrado é imprescindível, pois além da pouca idade, os jovens chegam sob um processo de encanto que foi desenvolvido historicamente pela sociedade sobre os Institutos Federais e se encontram com uma realidade com exigências de autonomia e proatividade deles.

Para vários dos alunos que ingressam nos Institutos Federais essa chegada é uma experiência animadora, mas ansiogênica. Segundo Gomes (2018) quanto à chegada dos estudantes ao ensino médio integrado:

São observados acontecimentos como crises de ansiedade, choros intensos em momentos de avaliação, insegurança nas relações em construção na escola, desestabilização da autoeficácia e também da autoestima. Revelam, várias vezes, carência de recursos pessoais adequados para lidar com a transição escolar, ao apresentarem desorganização da rotina escolar, incompreensão do funcionamento da educação profissional e dificuldade de lidar com o nível mais alto de exigência dos professores e das regras escolares. (GOMES, 2018).

Em sua pesquisa Vecchietti (2019), observou que para alguns estudantes que iniciaram essa nova realidade a adaptação foi mais tranquila, mas para alguns foi desafiadora ao extremo. Entre os desafios ela evidenciou a modificação do ambiente e dos amigos, o tamanho da escola, dificuldade no aprendizado, excesso de atividades, de provas, maior responsabilidade. E ainda, a autora destaca a escolha do curso a ser realizado no ensino médio integrado como um momento dramático aos estudantes que

estão em fase de conclusão do ensino fundamental que gera tensão, insegurança e medo.

De acordo com Kawanami (2019) em sua pesquisa foi possível observar que o sofrimento dos alunos do ensino médio integrado nos Institutos Federais faz relação ao discurso ideológico da meritocracia, fazendo-os acreditar que todo o êxito é decorrência de esforço pessoal. O sofrimento dos jovens não é limitado a sobrecarga de atividades, mas também a pressão sentida com as grandes expectativas que a família tem, pois, os Institutos são considerados como formação de qualidade. Os estudantes se sentem com pouco tempo, cansados, e com tarefas para casa que os impossibilitam de realizar atividades de lazer, culturais, esportivas ou estar com a família e amigos. Estes fatos aumentam os sintomas de ansiedade, estresse, depressão, alteração no sono e apetite desses jovens.

Para Jost (2019) a passagem do ensino fundamental para o ensino médio integrado constitui uma ruptura para os estudantes. No ensino fundamental, geralmente, a base curricular é organizada por competências para cada área de conhecimento, a comparecimento a escola organizada para um período e as disciplinas organizadas para o ensino disciplinar. Segundo Gomes (2018) na educação profissionalizante integrada ao ensino médio tem-se uma cultura diferente, um tempo maior de permanência na escola, assuntos que se ligam às práticas de trabalhistas e um currículo que considera uma visão total do conhecimento. Quando se cursa um técnico integrado ao ensino médio as exigências e a dedicação são bem maiores para o estudante, sendo um período da vida escolar crítico, caracterizado por tensões, frustrações, incertezas e várias questões que atravessarão a rotina desses jovens.

É imprescindível que os jovens estudantes sejam compreendidos como sujeitos reais com suas histórias, cultura e necessidades reais, não se podendo desenvolver trabalhos a partir de padrões impostos. Logo, se torna necessário um trabalho de mediação entre o final do ensino fundamental e o início no ensino médio integrado de forma a facilitar esse processo sem perder de vista a entendedor de educação que é centrada na formação humana integral desses sujeitos. As ações que trabalham a acolhida dos ingressos nos institutos federais colocam o aluno como protagonista de seu processo educacional, tratando-se de “um trabalho pedagógico com compromisso nas questões de humanização, do compromisso com o ‘outro’ e da formação da autonomia”, e falar de questionamentos relacionados ao afeto e cuidado em instituições que atuam com ensino médio integrado ainda não é algo comum (JOST, 2019).

2.3 Ensino Profissionalizante Técnico - EPT

No Brasil o ensino profissionalizante, como política pública, começa a ser praticada no país a partir de 1808, com a chegada da família real portuguesa (COSTA, 2012, apud. MEC, 2013). No contexto do ensino profissionalizante, o período do império brasileiro, é caracterizado pela formação compulsória da força trabalho que tinha como principais personagens os miseráveis, os escravos e os índios. Tendo como objetivo sustentar a soberania do império e atender a demanda das fábricas

locais (DAVIDIS, 2018). De forma tradicional o ensino profissionalizante sempre esteve ligado ao processo de industrialização.

A educação profissionalizante no Brasil, mesmo com toda a intervenção do Estado é formalizada apenas em 1909 pelo Decreto-Lei nº 7.566 de 23 de setembro do corrente ano, por Nilo Peçanha, então presidente na época. No início do documento em seus primeiros parágrafos são apresentadas as justificativas para a criação da Lei. Dentre elas está a ideia de capacitar os filhos dos menos favorecidos, preparando-os com uma formação técnica e intelectual, como forma de incentivar-los a adquirir hábitos de trabalho intenso, tendo como finalidade afastá-los da desocupação e do crime. Dessa forma, foram criadas 19 escolas de Aprendizes Artífices (uma em cada estado da República), onde o objetivo era capacitar pessoas para darem continuação a um determinado ofício. A demanda da localidade, do Estado e das indústrias eram observadas (BRASIL, 1909).

Os níveis escolares que compõem a educação brasileira são definidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9394/96. Deste modo, a educação escolar é composta por: educação básica e educação superior. Onde a educação básica é dividida em três níveis - educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

No Brasil, as leis têm delineado três caminhos distintos para a formação profissional: os cursos de iniciação à educação profissional, os cursos de continuação da educação profissional e os cursos de qualificação profissional; cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (DAVIDIS, 2018).

Dentre as categorias de políticas voltadas para a melhoria da qualidade da educação pública no nível médio, encontra-se a ideia de educação profissional. Segundo Tavares (2012), o surgimento dessa forma de educação visava beneficiar jovens marginalizados pela sociedade. No entanto, com a criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ficou estabelecido que essa modalidade de ensino seria integrada ao ensino médio e também teria como um de seus objetivos o ensino superior. Ao implementar esta estratégia, os alunos matriculados em escolas profissionais não seriam afetados negativamente. Em vez disso, eles receberiam uma preparação para o mercado de trabalho e teriam a oportunidade de cursar o ensino superior em uma universidade (MARIANO, 2016).

A Educação Profissional e Tecnológica - EPT, prevista no art. 39 da LDB e atualizada pela Lei nº 11.741 de 2008, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação. Segundo o Ministério da Educação - MEC, a concepção de EPT:

“Orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, MEC, 2008).

Na educação brasileira os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional são concebidos para serem de curta duração. Objetivando oferecer uma formação rápida visando o mercado de trabalho. Os cursos da educação profissionalizante técnica de nível médio, têm como propósito a formação geral do estudante, como também poderá prepará-lo para o exercer profissões técnicas. Esta categoria indica duas formas (subsequente ou articulada) ao ensino médio (BRASIL, 1996). No caso da subsequente, o pré-requisito para o ingresso do aluno em questão é que o mesmo deve ter concluído o ensino médio. Com a formação que vai realizar, o estudante vai adquirir as habilitações necessárias para uma profissão técnica de nível médio. Em relação a articulada, a educação pode ocorrer por duas vias: em consonância com o ensino médio ou em paralelo a ele. Na configuração integrada, o estudante receberá a formação geral e também a habilitação profissional técnica. Na forma concomitante, a formação técnica será ofertada a quem esteja ingressando, ou já cursando o ensino médio. (BRASIL, 1996).

Em estudo realizado por Araújo et al (2014) no Brasil foi revelado uma correlação entre o ingresso na educação técnica e profissional e o melhor desempenho no ENEM, bem como uma maior probabilidade de conseguir emprego.

A manifestação de uma abordagem unificada para a Educação Profissional Técnica (EPT) em nosso país é evidenciada no Plano Nacional de Educação (PNE) publicado em 2014. Esse documento traça objetivos para a educação profissional e serve como modelo definitivo para estratégias educacionais em todo o país. O PNE traça objetivos e táticas específicos que devem ser realizados dentro de uma década. Dessa forma, o PNE 2014-2024 estabelece como metas para a educação profissionalizante: oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional; e triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos cinquenta por cento da expansão no segmento público (BRASIL, 2014).

Independentemente das várias modalidades e níveis de educação profissionalizante no Brasil, as legislações que presidem a esse domínio destacam a necessidade de priorizar o cultivo do pensamento crítico, da consciência social e da qualificação profissional. Logo, é imprescindível que todas as instituições que oferecem educação profissional, sejam elas públicas, privadas ou ligadas ao terceiro setor, sigam a estrutura administrativa e a abordagem pedagógica da EPT (DAVIDIS, 2018).

Os cursos EPT também estão disponíveis no formato de Ensino à Distância-EAD. Os pré-requisitos para ingressar nesses cursos diferem conforme o nível de ensino; básico ou superior e a proposta curricular. É importante lembrar que os cursos podem também ser disponibilizados em formato semipresencial, o que exige uma frequência mínima presencial (DAVIDIS, 2018). No Brasil, a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, criada em 2008, possui a mais ampla rede de instituições de ensino EPT em todos os níveis e modalidades.

A integração de duas redes educacionais, profissional e geral, pode quebrar a dualidade estrutural entre formação profissional e preparação universitária (CASTRO; COSTA, 2012; FREITAS, 2019; GASPARIN, 2012). Vários autores têm procurado examinar o impacto dessa modalidade de ensino na inserção no mercado de trabalho, porém, ainda são poucos os estudos que avaliam o impacto da educação profissionalizante no ensino público no Brasil.

Araújo et al (2014) como forma de analisar o desempenho educacional e inclusão de estudantes de escolas técnicas profissionalizantes do Brasil no mercado de trabalho, utilizaram os resultados do ENEM-2009 e, por meio de um modelo de pareamento com escore de aptidão para escolas federais e privadas, obtiveram uma relação positiva entre a participação na educação técnica e profissional e o rendimento escolar, além de facilitar o acesso ao mercado de trabalho. Outros resultados semelhantes foram encontrados para o estado do Ceará por Mariano et al (2015), onde foi observado que os estudantes de escolas profissionalizantes apresentam diferenciais expressivos em todas as áreas de conhecimento do ENEM 2013 e têm maiores possibilidades de superarem as notas de cortes referentes aos cursos da Universidade Federal do Ceará (UFC), no entanto, possuem menor probabilidade de estar trabalhando no período que prestaram o exame, quando comparados com os estudantes das escolas regulares.

Com o objetivo de analisar a inclusão da população brasileira nos cursos de educação profissionalizante e averiguar o impacto da educação profissional sobre o rendimento dos trabalhadores no Brasil, Assunção e Gonzaga (2010) mostraram os resultados de uma análise baseada em microdados do suplemento especial sobre educação profissionalizante da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/2007*. De acordo com os resultados foi possível observar que a inserção da educação profissionalizante em famílias com renda *per capita menor que* dois salários mínimos está abaixo das demais faixas de renda e que a educação profissional aumenta a produtividade dos trabalhadores. Assim, os autores recomendam que essa forma educação tenha mais atenção na conjuntura de políticas públicas.

Crouch et al (1999) argumentam que há três razões para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualificação profissional e mão de obra especializada em oposição a educação formal. Primeiro, para proporcionar melhores condições para os países participarem de mercados internacionais competitivos; segundo, essas políticas tendem a ajudar a reduzir o desemprego, especialmente entre os jovens; terceiro, a qualidade da força de trabalho permitirá que as economias dos países em desenvolvimento se beneficiem do equilíbrio produzido pela produção de bens de baixo valor agregado usando mão de obra barata, pouco qualificada e de baixa produtividade. Equilibrado com a produção de bens de maior valor agregado, proporcionando melhor distribuição de renda.

3 METODOLOGIA

3.1 Delineamento da pesquisa

Esta pesquisa é um estudo de caso de natureza qualitativa, pois busca compreender o processo de transição dos estudantes oriundos de escola pública no IFCE *Campus* Canindé-CE. Segundo Yin (2016), a pesquisa qualitativa permite que se realize estudos aprofundados sobre uma ampla variedade de assuntos em termos simples e cotidianos, fornecendo uma maior liberdade na seleção dos temas de interesse. A pesquisa qualitativa permite estudar o significado das vidas das pessoas nas condições reais em que elas vivem, abrangendo as condições sociais, institucionais e ambientais em que a vida das pessoas se desenrola. Já o estudo de caso é apenas uma das muitas maneiras de se fazer pesquisa em ciências sociais, visto que representa a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. Para Sátyro (2020), um estudo de caso é de grande utilidade para compreender fenômenos sociais complexos que demandem uma investigação que preserve suas características holísticas e desvende os processos e mecanismos significativos, separando-os de um grande conjunto de fatores e processos secundários ao processo central da análise.

3.2 Lócus da Pesquisa

De acordo com Santos (2019) os Institutos Federais de Educação foram instituídos no Brasil através da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, no entanto, a existência da rede federal de educação profissional data de 1909. Os Institutos Federais são uma autarquia com autonomia em vários âmbitos – administrativo, financeiro, orçamentário e patrimonial – que atuam com educação básica e superior trabalhando através de ensino, pesquisa e extensão.

O local da pesquisa foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE *Campus* Canindé. Localizado na BR 020, KM 303, S/N. Canindé, Ceará. O IFCE foi selecionado por se tratar de uma instituição verticalizada, com público de alunos heterogêneo, oriundos também de cidades vizinhas, localizada no município de residência do autor da pesquisa, onde ele também é aluno egresso da instituição.

O território Sertões de Canindé abrange uma área de 9.099,20 Km² e é composto por 06 (seis) municípios: Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena e Paramoti. A população total desse território é de 195.314 habitantes, dos quais 86.314 vivem na área rural, o que corresponde a 44,19% do total. Tal território possui 17.416 agricultores familiares e 3.261 famílias assentadas. Seu IDH médio é 0,62 e sua população é organizada representada em comunidades rurais, assentamentos, movimentos populares, sindicatos, associações, cooperativas, redes sociais, além das diversas práticas de organização social. O município conta com planos participativos, plurianuais e intersetoriais com integração das três esferas do poder executivo.

Nesse cenário, entre as variadas unidades do IFCE, merece destaque o IF *Campus* Canindé por sua oferta diversificada de cursos tanto de nível médio quanto superior. Os cursos de nível técnico incluem opções como

eventos, eletrônica e informática – sendo os dois primeiros integrados ao médio, e o último subsequente. Quanto aos cursos de graduação, há possibilidades de licenciatura em educação física, música, pedagogia e matemática, além de tecnólogos em gestão do turismo, desenvolvimento e análise de sistemas e redes de computadores. Adicionalmente aos cursos técnicos e superiores, a instituição também disponibiliza duas pós graduações lato sensu: especialização em planejamento e gestão de políticas públicas e educação física escolar. Tais cursos recebem atualmente estudantes de diversos municípios do Brasil, principalmente dos municípios circunvizinhos como: Itatira, Madalena, Caridade e Paramoti.

A pedra fundamental do IFCE campus de Canindé foi lançada em 06 de setembro de 2008, concluído em 2010, com inauguração à distância pelo presidente Lula, em 23 de novembro do mesmo ano e entrega solene a comunidade, com a presença do governador Cid Gomes, em 04 de maio de 2011.

Com a intenção de reorganizar e ampliar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, é decretada a Lei 11.892, de 20 de dezembro de 2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos, desde educação de jovens e adultos até doutorado. Dessa forma, o CEFET passa a ser Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. - IFCE.

O campus Canindé oferece atualmente os cursos superiores de Educação Física, Pedagogia e Matemática (licenciaturas), Redes de Computadores e Gestão do Turismo (tecnológicos), bem como cursos técnicos em Ele (integrado) e Eventos (integrado, subsequente e concomitante) e os cursos de pós-graduação em Educação Física Escolar e Planejamento e Gestão de Políticas Públicas.

A pesquisa tem como foco os alunos da educação profissional técnica de nível médio integrada. No *Campus Canindé* essa modalidade de ensino é ofertada em turno integral (FREITAS, 2019). Os cursos integrados oferecidos no IFCE *Campus Canindé* são: eletrônica e eventos, tendo como objetivos a integração do ensino médio ao ensino técnico e a verticalização ao ensino superior, orientando sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais, culturais e locais.

3.3 Sujeitos da pesquisa, critérios de inclusão e critérios de exclusão

A pesquisa foi conduzida com estudantes que ingressaram no primeiro semestre de 2023 nos cursos técnicos integrados de eletrônica e eventos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Canindé. Estes alunos foram selecionados por estarem em uma fase crucial de transição, passando do ensino fundamental para o médio, e por já terem experimentado alguns meses de estudos na instituição. Esse período inicial possibilita que compartilhem suas

experiências, visões e os desafios enfrentados durante essa transição educacional.

Conforme especificado no edital 2023.1, foram disponibilizadas 70 vagas para os cursos de eletrônica e eventos, distribuídas em 18 vagas por curso no sistema de cotas, totalizando 36 vagas destinadas a alunos provenientes dessa modalidade. Considerando que os demais alunos podem ter ingressado através de escolas públicas, porém por meio da ampla concorrência, a amostra da pesquisa foi composta por 16 estudantes dos cursos técnicos que aceitaram participar da pesquisa, sendo 11 de eletrônica e 5 de eventos.

A pesquisa contemplou como participantes os estudantes ingressos no período acadêmico 2023.1 nos cursos de eletrônica e eventos, desde que provenientes de instituições de ensino público. Além disso, a inclusão foi condicionada à disposição e consentimento para participar das entrevistas.

Foram excluídos da pesquisa os estudantes que não aceitaram ou responderem parcialmente a entrevista, bem como alunos não oriundos de escola pública, não matriculados nas turmas, e não ingressantes do período acadêmico 2023.1.

No que tange aos coordenadores de cursos, a inclusão compreendeu coordenadores ou membros da equipe de apoio designados, envolvendo um representante de cada curso, considerando, igualmente, a sua disponibilidade para participação na pesquisa. Foram excluídos aqueles que recusarem ou responderem de forma parcial à entrevista, bem como os indivíduos que não integram a equipe de coordenação dos cursos sob investigação.

É importante fazer uma limitação da amostra para que o pesquisador consiga realizar uma coleta e análise de dados satisfatória, principalmente quando a pesquisa envolve entrevistas individuais (GASKELL & BAUER, 2003). Ainda serão entrevistados os Gestores da Instituição com o objetivo de entender se há alguma ação por meio do IFCE *Campus Canindé* que busque tornar esse momento de transição e adaptação o menos difícil possível para esses alunos.

3.4 Coleta de dados

Os instrumentos para a coleta de dados envolveram a realização de entrevistas padronizadas (conforme os apêndices D e E). De acordo com Copetti (2018) as entrevistas em pesquisa qualitativa têm como destaque a possibilidade de flexibilidade, de intimidade com o entrevistado e abertura para novos questionamentos e podem ser aplicadas quando o objetivo é conhecer significados e visão pessoal dos entrevistados sobre determinado tema.

A fim de promover um debate e facilitar o diálogo durante as entrevistas, as turmas foram divididas em dois grupos. Essa divisão seguirá a organização dos números ímpares e pares no diário escolar. Ressalta-se a importância da prévia seleção dos participantes, da clareza dos objetivos da pesquisa e do estabelecimento prévio de acordo sobre a aceitação e disponibilidade dos alunos para participarem deste momento.

As entrevistas foram previamente agendadas pelo pesquisador com os participantes, reservando um período

de aproximadamente 50 minutos para cada grupo. Durante esse tempo, foi seguido um roteiro pré-estabelecido para orientar a condução das entrevistas.

Durante as entrevistas, foi adotada a técnica de escuta ativa, permitindo uma atenção cuidadosa às respostas dos entrevistados e possibilitando o direcionamento de perguntas adicionais para esclarecer ou aprofundar certos tópicos. Essas interações foram registradas por meio de gravação, complementadas por anotações dos pontos relevantes destacados ao longo da discussão.

Conforme Assis e Monteiro (2023):

O pesquisador desempenha um papel ativo na condução da entrevista, utilizando técnicas de escuta ativa, formulação de perguntas abertas e seguindo um roteiro flexível que permite explorar temas relevantes. A análise dos dados coletados nas entrevistas qualitativas envolve a identificação de padrões, categorização de temas e interpretação dos significados emergentes. A riqueza dos dados obtidos por meio das entrevistas qualitativas contribui para uma compreensão aprofundada do fenômeno em estudo (Assis e Monteiro, 2023, p.6).

A profundidade e a riqueza dos dados obtidos por meio das entrevistas qualitativas oferecem uma compreensão mais minuciosa e ampla do fenômeno investigado, possibilitando ao pesquisador captar nuances subjetivas e contextuais que poderiam ser negligenciadas em outras abordagens metodológicas.

3.5 Análise de dados

A coleta se deu por meio da gravação e anotações pertinentes da entrevista aplicada, e sua análise se deu através de uma análise textual das respostas transcritas. A entrevista foi aplicada de forma presencial com questões abertas, totalizando 13 (treze) questões distribuídas em 5 (cinco) blocos, com os seguintes objetivos: Bloco 1: Socioeconômico - Compreender os aspectos sociais e econômicos dos estudantes ingresso no IFCE – Campus Canindé; Bloco 2: Semelhanças e diferenças entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio Integrado - Analisar as diferenças entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio Integrado na percepção dos alunos; Bloco 3: A escolha pelo IFCE - Objetivo: Conhecer as motivações dos alunos que os levaram a escolher fazer o EMI; Bloco 4: Desafios na transição - Objetivo: Identificar as ações de apoio à transição desenvolvidas nas instituições de ensino de conclusão do Ensino Fundamental desses discentes e as ações de acolhida aos ingressantes no EMI; Bloco 5: Apoios na transição - Objetivo: Identificar as ações de apoio à transição desenvolvidas nas instituições de ensino de conclusão do Ensino Fundamental desses discentes e as ações de acolhida aos ingressantes no EMI.

Já para os coordenadores de cursos, a entrevista se deu de forma presencial com questões abertas com 9 (nove) questões distribuídas em dois blocos. O bloco 1: Sobre o processo de acolhimento, tem como objetivo compreender o processo de acolhimento ofertados aos ingressantes no IFCE – Campus Canindé. Já o bloco 2: Sobre o Processo

de Transição, busca compreender o papel do IFCE – Campus Canindé no processo de transição do EF para o EMI.

As respostas obtidas foram transcritas a partir das gravações e anotações realizadas durante as entrevistas. Esses registros foram analisados minuciosamente, visando atender aos objetivos estabelecidos pela pesquisa.

Todos os alunos participantes da pesquisa são jovens, em sua maioria menores de idade. Diante dessa condição, foi necessário estabelecer comunicação com os responsáveis legais para obter a devida autorização para a participação dos estudantes. O contato com os responsáveis foi realizado previamente, e apenas os alunos cujos responsáveis concordaram com a participação foram incluídos no estudo. A autorização foi formalizada por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), direcionado aos responsáveis, e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), assinado pelos próprios alunos, garantindo que tanto os estudantes quanto seus responsáveis estivessem plenamente informados sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa.

3.6 Aspectos éticos

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa no dia 07 de dezembro de 2023, sob o número de parecer 6.561.048. A aprovação pelo Comitê de Ética é um passo essencial para garantir a integridade e a responsabilidade científica, assegurando que a pesquisa siga diretrizes éticas rigorosas, protegendo os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes. Este processo é fundamental para garantir que os estudos sejam conduzidos de maneira justa, respeitosa e em conformidade com as normas internacionais e nacionais de ética em pesquisa.

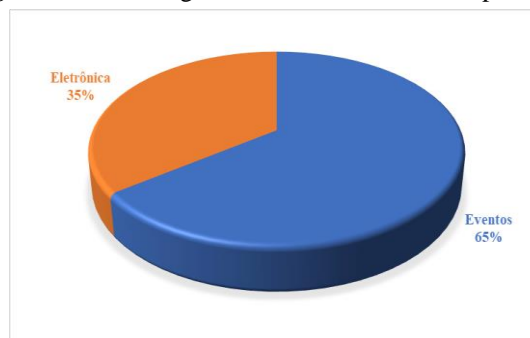
4.RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Entrevista com discentes

Os resultados obtidos com a pesquisa serão discutidos a seguir por meio da análise textual, a qual é um processo de leitura e interpretação de textos que pode ser feita de diversas formas, como análise temática, análise de conteúdo e análise textual discursiva (TITSCHER, et al. 2002), neste caso, será utilizada a discursiva.

Como já descrito anteriormente na metodologia, foram entrevistados 16 estudantes no total, onde 11 alunos eram do curso de eventos e 5 alunos do curso de eletrônica. A Figura 1, a seguir, mostra a porcentagem dos estudantes em relação aos cursos aos quais pertencem.

Figura 1 – Porcentagem de alunos entrevistados por curso.

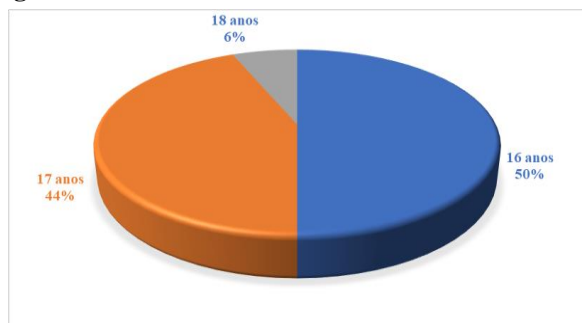


Fonte: Autor (2024).

Ao se observar os resultados mostrados na Figura 1, tem-se que a maior parte dos alunos entrevistados são do curso de eventos (65%), e a menor (35%) do curso de eletrônica

Com o objetivo de compreender os aspectos sociais e econômicos dos estudantes, estabeleceu-se um bloco de perguntas para obter as informações necessárias para avaliar tais fatores. A Figura 2 traz a faixa etária dos estudantes participantes da pesquisa.

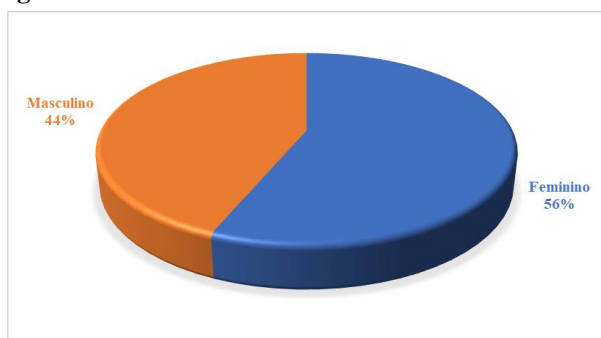
Figura 2 – Faixa etária dos estudantes.



Fonte: Autor (2024).

A Figura 2 mostra que metade (50%) dos alunos entrevistados tem 16 anos de idade, 44% tem 17 anos e, 6%, 18 anos de idade. Dessa forma, observa-se que há uma heterogeneidade entre a idade dos entrevistados, permitindo assim, avaliar diversas formas de pensamento. Segundo o Censo Escolar 2022 (INEP, 2023) 92,2% da população de 15 a 17 anos frequentam o ensino médio e esse percentual aumenta para 95,0% quando se considera o numerador os alunos de 15 a 17 anos que já concluíram o ensino médio e não estão na educação superior. A seguir, a Figura 3 apresenta o sexo dos entrevistados.

Figura 3 – Sexo dos alunos.

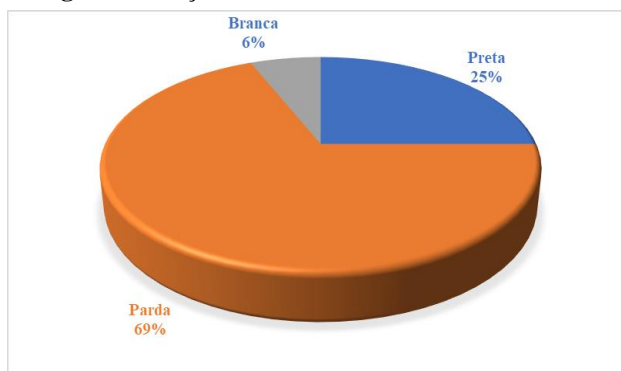


Fonte: Autor (2024).

De acordo com a Figura 3, 56% dos estudantes são do sexo feminino e 44% do sexo masculino. A região Nordeste bem como o estado do Ceará tem percentuais para o gênero feminino levemente superiores aos do Brasil, sendo igual a 51,7% no Nordeste e 51,8% no Ceará. Dessa forma, enquanto o Brasil tinha 106 mulheres para cada grupo de 100 homens, no Ceará esta razão era igual a 107,5. Entre os jovens de 15 a 17 anos de idade esta razão se inverte tanto no Brasil como no Nordeste e Ceará, com percentual de participação para o gênero feminino aproximadamente igual a 49%. O maior percentual de

mulheres na população total deve-se principalmente ao fato de terem esperança de vida ao nascer maior que os homens (SEDUC, 2013). A Figura 4 abaixo apresenta raça/etnia dos alunos.

Figura 4 - Raça/etnia dos alunos.

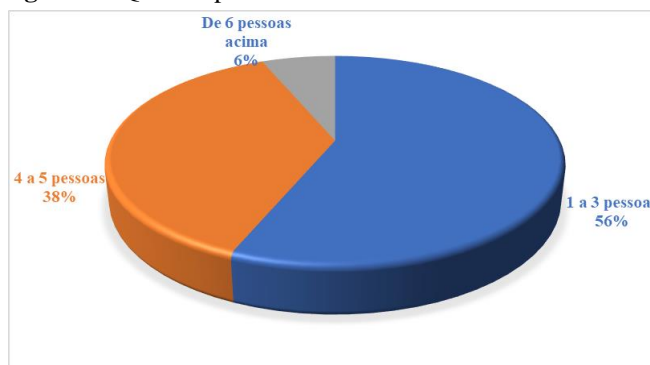


Fonte: Autor (2024).

No tocante à raça ou etnia trabalhou-se a distribuição em três classificações: branca, preta ou parda. E de acordo com o recorte aqui utilizado constatou-se maior participação percentual de pretos ou pardos, como observado na Figura 4, onde 69% dos estudantes se autodenominam pardos, 25% pretos e apenas 6% brancos. Em estudo realizado pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC, 2013), considerando a população jovem de 15 a 17 anos constatou-se a predominância de pretos ou pardos, quando comparados com a população total. O Nordeste e Ceará com 72,53% e 67,08%, respectivamente estão com dois pontos percentuais de jovens autodeclarados pretos ou pardos a mais que a população total, enquanto o Brasil com 56,20% se coloca com aproximadamente 5% a mais de jovens nesta classificação que o total.

A seguir, a Figura 5 apresenta as respostas sobre a quantidade de pessoas que residem na moradia.

Figura 5 - Quantas pessoas residem na casa.



Fonte: Autor (2024).

De acordo com a Figura 5, a maioria das residências são habitadas por até 3 pessoas, perfazendo um total de 56% das respostas, 38% por 4 pessoas a 5 pessoas, e 6% das moradias são ocupadas por 6 ou mais pessoas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a média nacional é de 2,79

moradores por domicílio. Para se ter uma ideia, em 1980 eram 4,51 pessoas por residência. Um levantamento realizado pelo IBGE em 2021 revelou essa tendência de diminuição no tamanho das famílias. A pesquisa confirmou que cada vez mais mulheres estão adiando a gravidez. Segundo o estudo, houve um aumento de 63% no número de bebês nascidos de mães com idades entre 35 e 39 anos em uma década. Por outro lado, o índice de mulheres que deram à luz com menos de 19 anos diminuiu 23% entre 2001 e 2021. Na Figura 6 é mostrada a renda familiar dos estudantes entrevistados.

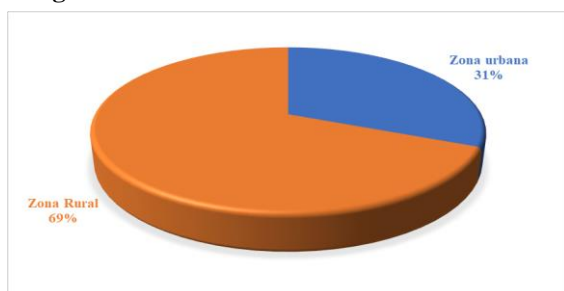
Figura 6 - Renda familiar.



Fonte: Autor (2024).

Segundo os dados apresentados na Figura 6, em suma maioria a renda familiar dos estudantes gira em torno de um salário mínimo, perfazendo um total de 69% das famílias, até dois salários para 13%, acima de dois salários 6%, sem renda 6%, e meio salário mínimo um total de 6%. De acordo com o IBGE (2023), a renda domiciliar per capita no Ceará foi de R\$ 1.166. No entanto, a desigualdade de renda no Ceará é grande, com os 1% mais ricos recebendo 34,4 vezes mais do que os 50% mais pobres (IBGE (2023). Em números reais, o rendimento domiciliar per capita mensal dos mais ricos é de R\$ 13.780, enquanto os que recebem menos ganham R\$ 400. A seguir, a Figura 7 apresenta a localização da residência dos alunos.

Figura 7 - Reside na zona urbana ou rural.

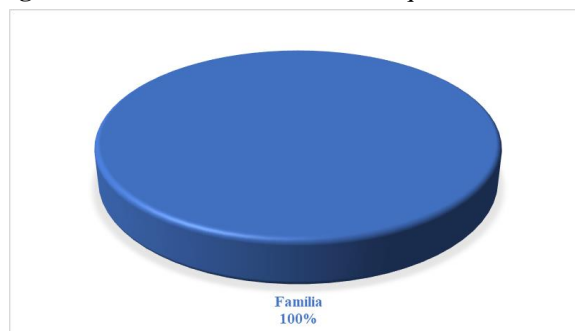


Fonte: Autor (2024).

Como observado na Figura 7, a maioria dos alunos residem na zona rural, perfazendo um total de 69%, e 31% residindo na zona urbana. De acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2021) 22,6% dos habitantes do Ceará vivem em áreas rurais, enquanto 77,4% residem em áreas urbanas. Já no município de Canindé 62,94% da população vive em área urbana e 37,06% em zona rural (IBGE, 2010; IPECE 2017). Ainda, vale salientar que o IFCE Campus Canindé não atende apenas estudantes do município, mas também

de cidades vizinhas e assentamentos da região.

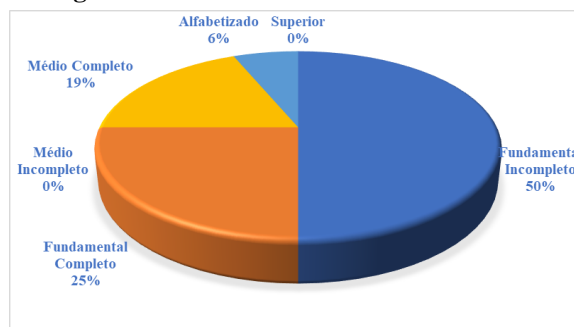
Figura 8 - Durante o curso, mora om quem?



Fonte: Autor (2024).

Como mostra a Figura 8 acima, 100% dos alunos residem com a família. A família tem um papel muito importante na educação dos jovens, pois contribui para o seu desenvolvimento físico, emocional e social. A participação da família na escola pode trazer diversos benefícios para os alunos, como: maior senso de responsabilidade e autonomia, construção de relacionamentos saudáveis, redução da evasão escolar, entre outros (DESSEN, 2004). As Figuras 9 e 10 trazem o nível de escolaridade das mães e dos pais dos estudantes, respectivamente

Figura 9 - Escolaridade da mãe.



Fonte: Autor (2024).

Figura 10 - Escolaridade do pai.



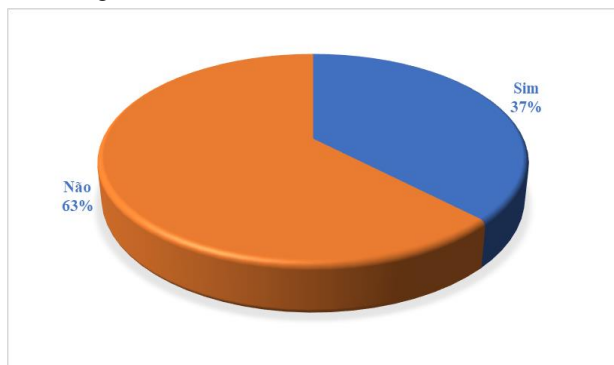
Fonte: Autor (2024).

Como mostrado nas Figuras 9 e 10, nota-se fazendo um comparativo que os melhores índices de escolaridade pertencem as mães.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua, 2022), no estado

do Ceará, o número de mulheres de 25 anos ou mais com ensino médio completo (46,5%) é maior que o de homens na mesma faixa etária (41,7%). Em relação à cor, 51,9% das pessoas brancas concluíram o ensino médio, já entre pessoas pretas e pardas este percentual cai para 41,5%. A Figura 11 apresenta se há algum parente na família com curso superior.

Figura 11 - Na sua família, tem alguém formado/graduado?

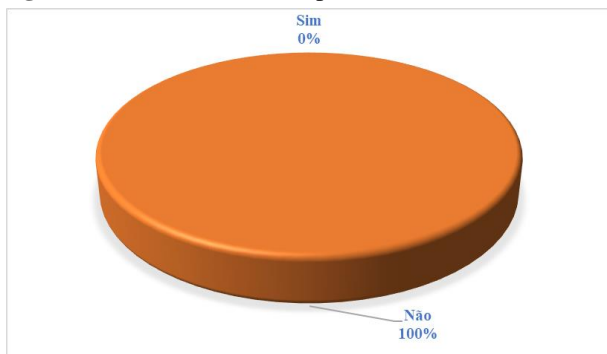


Fonte: Autor (2024).

Em um estudo realizado pelo Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (Secitece, 2021), os dados mostraram que de 2008 a 2019, o número de cearenses com ensino superior passou de 352.253 para 784 mil, um aumento de 122,6%. Entre 2006 e 2021, o número de profissionais graduados no Ceará aumentou de 143.787 para 319.185, com um aumento de 17 vezes no número de mestres e 18 vezes no número de doutores. Em 2023, 22.531 estudantes da rede estadual cearense ingressaram no Ensino Superior, um número recorde.

De acordo com a Figura 11 em apenas 37% das famílias envolvidas na pesquisa possuem alguma pessoa com formação superior e em sua maioria perfazendo um total de 63% ainda não tiveram acesso a esse meio de formação. Nota-se que apesar da crescente expansão dessa modalidade de ensino, ainda existem lugares e lacunas a serem preenchidas levando esse acesso a mais pessoas. A Figura 12, a seguir, apresenta as respostas dos alunos em relação ao abandono escolar.

Figura 12 - Você desistiu ou pensa em desistir do curso?



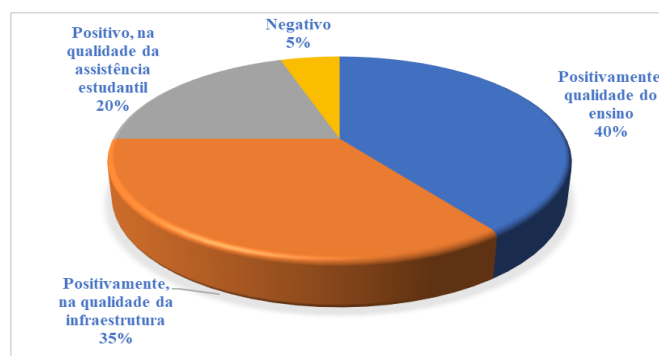
Fonte: Autor (2024).

Como observado na Figura 12, todos os alunos entrevistados (100%) afirmam que não pensam em desistir do curso. De acordo com Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC, 2020), o índice de abandono

escolar no Ensino Médio tem apresentado uma redução contínua, chegando a um dos menores níveis da história em 2019, com 3,8%. Sendo essa redução, resultado das políticas de melhoria da qualidade da educação pública do estado.

Agora iremos falar sobre o bloco 2 de perguntas que trata sobre as semelhanças e diferenças entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio Integrado. Tendo por objetivo: Analisar as diferenças entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio Integrado na percepção dos alunos. Iniciamos esse bloco com a Figura 13 que nos traz as respostas dos estudantes para quais são as diferenças entre estudar no IFCE e na sua escola anterior.

Figura 13 - Quais são as diferenças entre estudar no IFCE e na sua escola anterior.

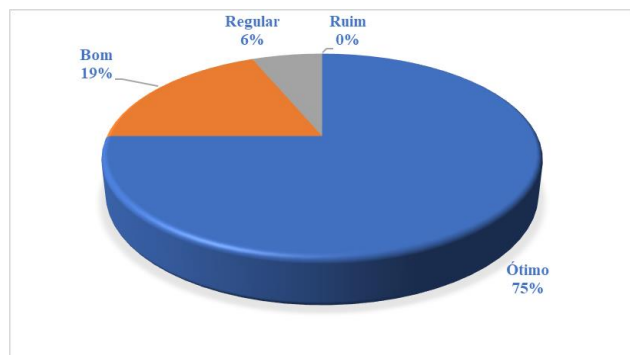


Fonte: Autor (2024).

Os relatos dos jovens entrevistados (Figura 13) mostraram-se em grande maioria que as mudanças entre a sua escola anterior e atual foram benéficas. Foram obtidas respostas para a pergunta realizada (Quais são as diferenças entre estudar no IFCE e na sua escola anterior?), tais como: “- O ensino, pois o IFCE tem mais qualidade e professores capacitados / — O IFCE possui muito mais recursos que a escola anterior / — O IFCE é muito melhor na alimentação e infraestrutura”. Segundo os estudantes um ponto negativo seria a distância de casa a escola: “- A maior diferença entre estudar no IFCE e na minha antiga escola é em relação à distância, visto que o IFCE é mais longe de onde eu moro...”.

Vaz, Ribeiro e Cezar (2018) mostram que o ingresso dos alunos que encerram o 9º ano do Ensino Fundamental no 1º ano do Ensino Médio apresenta muitos desafios como insegurança com o desconhecido, necessidade de organização de novos materiais e adaptação de novos horários e disciplinas. E que apesar dos percursos escolares serem particulares e heterogêneos, e não haver a devida articulação entre as etapas da Educação Básica, é necessário que realize um período de aproximação entre esses anos de escolaridade para que os alunos sofram o mínimo possível com as mudanças. A Figura 14, trata sobre o desempenho escolar dos jovens com relação a mudança do EF para o EMI.

Figura 14 – Como você avalia seu desempenho escolar agora em comparação ao período que frequentava o ensino fundamental?

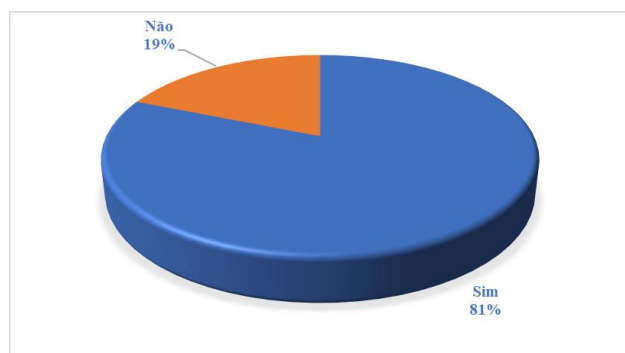


Fonte: Autor (2024).

As respostas dos estudantes foram animadoras e positivas na sua maior parte, alguns deles responderam da seguinte forma: “Continuo com notas boas” / “Meu desempenho é considerado muito bom, desde o ensino fundamental até aqui no Ensino Médio” / “Acredito que ainda possuo um bom desempenho escolar, mas reconheço que no ensino médio é bem mais difícil de compreender certos conteúdos”.

Segundo Fernandes et al (2018) o contexto social influencia o desempenho escolar, o apoio recebido dos amigos pode efetuar uma influência positiva dos estudantes, assim quanto mais suporte social os alunos possuem mais facilmente eles enfrentam os desafios encontrados em seu percurso escolar, incluindo os impactos negativos das transições. Outro ponto é o suporte oferecido pela escola, principalmente através dos professores, acaba por influenciar na vontade de aprender, no engajamento das atividades e por consequência no desempenho acadêmico dos alunos (CREPALDI, 2016). Na Figura 15 são apresentadas as mudanças em relação a rotina dos estudantes participantes da pesquisa.

Figura 15 – Fora da Escola, sua rotina, hobbies e atividades sofreram alguma alteração?

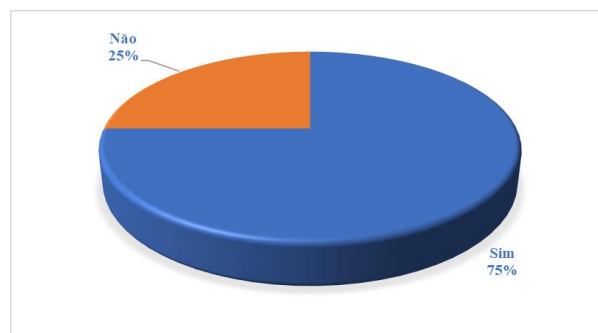


Fonte: Autor (2024).

Como mostrado na Figura 15, a maioria (81%) dos jovens descrevem que houve alterações nas suas rotinas, enquanto 19% afirmaram que não houve. Segundo relatos dos estudantes: “Sim, aprendi a gostar de livros” / “Sim, passei a ter menos tempo para praticar hobbies por conta dos horários de aula” / “Sim, por conta do deslocamento” / “Não, pois não costumo ter um hobby fixo”.

Os estudantes que ingressam no EMI têm um aumento considerável na grade curricular, visto que, fora os componentes básicos do ensino médio, que por si só já diferem do EF, eles ainda têm as disciplinas técnicas. Para acomodar a carga horária, o EMI funciona em tempo integral, o que é uma novidade para a maioria dos alunos, que costumam frequentar o EF em apenas um turno. Essas questões acabam influenciando no tempo que eles têm disponível para outras atividades e, muitas vezes, no desempenho desses alunos. Ainda, é costumeiro que o EF seja cursado em escolas com aulas em apenas um turno e, normalmente, próximas à residência das famílias. Além disso, no EF é comum que o currículo seja organizado por competências definidas para cada área de conhecimento e os componentes curriculares são organizados num ensino disciplinar. Já no EMI, como concebido nos IFs, o currículo contempla uma visão global do conhecimento, sendo relacionado e articulado às práticas de trabalho, pretendendo uma formação integral (JOST, 2019). A Figura 16 traz informações relativas as expectativas dos alunos em relação a instituição de ensino.

Figura 16 – O IFCE atendeu suas expectativas?



Fonte: Autor (2024).

De acordo com os dados da pesquisa expostos na Figura 16, para 75% dos alunos o IFCE atendeu as expectativas e para 25% não. Os estudantes relatam que: “Sim, sempre pensei que o ensino seria excelente” / “Não exatamente, no primeiro semestre não tive matemática, o que foi ponto negativo para mim...”

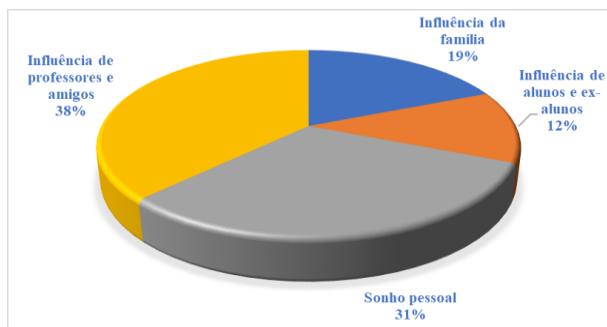
Nesse sentido, no que se refere ao quesito expectativas, Freitas (2015) verificou em seu estudo que 92% dos estudantes pesquisados declararam entrar para a instituição “com muitas expectativas em relação à instituição, aos cursos e ao futuro que acreditam que terão ao término dessa jornada”. Ressalta, ainda, que “A palavra de ordem é ‘expectativa quanto ao futuro’. Pais e alunos acreditam no poder da escola para mudar realidades e buscam o modelo de educação que pensam acrescentar mais à sua formação”.

Segundo De Vargas Gil (2012) o principal desafio das escolas, principalmente do Ensino Médio, etapa na qual aumentam os questionamentos dos alunos sobre o sentido da escola, é reconhecer, através da compreensão da pluralidade cultural, o aluno jovem para além dos estereótipos construídos socialmente. Certamente, para os alunos, a consideração de suas identidades individuais resultará em um processo educativo mais adequado às suas particularidades, ambições e dificuldades, além da diminuição de visões simplificadoras acerca da juventude em geral.

(LEBOURG, 2015).

Falaremos agora sobre o bloco 3 que apresenta o porquê da escolha do estudante pelo IFCE Campus Canindé, tendo como objetivo conhecer as motivações dos alunos que os levaram a escolher a fazer o EMI. A Figura 17 a seguir, mostra as respostas dos alunos de como eles resolveram ingressar no IFCE.

Figura 17 – Como você acabou estudando no IFCE – Campus Canindé?

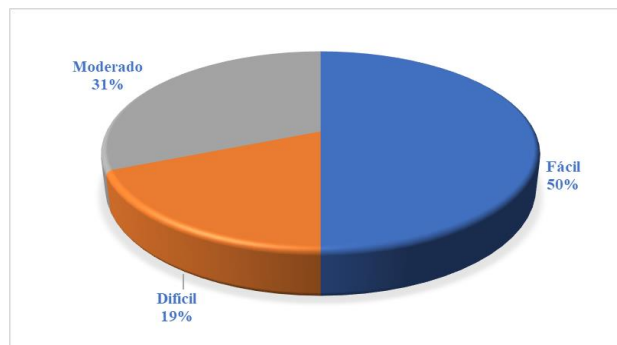


Fonte: Autor (2024).

De acordo com os dados apresentados na Figura 17, ao serem perguntados sobre o motivo da escolha do IFCE – Campus Canindé para cursar o EM, observa-se que a maioria (38%) afirmou que o principal motivo da escolha foi pela influência dos professores. O segundo fator mais apontado foi o que diz respeito ao sonho pessoal, indicado por 31% dos respondentes. O terceiro lugar mais citado seria por influência da família, citado por 19%, e em quarto lugar a influência de alunos e ex-alunos, apontado por 12% dos alunos.

Segundo Leite (2010) o que se busca no ensino médio integrado é a formação de sujeitos capazes de relacionar criticamente os conhecimentos acumulados na história com sua realidade, acionando sua autonomia e a luta para construção de uma sociedade cada vez menos desigual. É importante dar protagonismo a esses alunos, incitando o espírito crítico e investigativo, sendo a pesquisa um importante processo para a construção dessa formação integrada, além da interdisciplinaridade e contextualização para que o aluno não seja apenas um depósito de conhecimentos.

Figura 18 - Como foi sua adaptação à nova dinâmica de estudos, transporte e alimentação?



Fonte: Autor (2024).

De acordo com os dados apresentados na Figura 20, ao serem perguntados sobre a sua adaptação à nova dinâmica de estudos, transporte e alimentação, observa-se

que a maioria (50%) afirmou que foi fácil, 31% dos respondentes disseram ser moderado e 19% difícil. Segundo respostas dos estudantes entrevistados: “Foi uma adaptação tranquila”/ “No começo um pouco difícil, mas depois melhorou”/ “Consigo acompanhar os estudos e alimentação, nunca tinha andado de ônibus”.

As transições escolares podem se realizar de maneira sutil ou não formando conexões entre o que ocorreu e o que ocorrerá em diversos momentos da vida desses sujeitos podendo ser vista então como algo que requererá uma mudança de conduta e/ou ambiente sendo mediada por aspectos institucionais e sociais (SILVEIRA, 2019).

Em sua pesquisa Abrantes (2017) ao entrevistar doze adultos de diferentes idades e status sociais na busca do efeito biográfico das transições escolares foi percebido que:

[...] a transição entre ciclos de ensino tende a suscitar vivências extremamente ricas, produtoras de inúmeras aprendizagens e transformações pessoais, perdurando nas memórias dos indivíduos ao longo de toda a vida. É extraordinária a minúcia e a emoção que, independentemente da idade, do sexo e da classe social do interlocutor, pautaram os relatos de episódios marcantes da passagem entre ciclos de ensino (tanto positivos como negativos). A entrada num novo ciclo surge, de facto, como a exclusão de um universo social e o acesso a um outro, distinto, precipitando a transferência entre etapas e, até, modos de vida. Constitui, pois, um marcador central dos processos biográficos e um impulsionador de novos projetos e renovadas disposições. (ABRANTES, 2017, p.108).

Sendo assim, as transições escolares possuem grande importância, pois podem provocar indefinições e desconhecimentos, mesmo que parcialmente ou temporariamente, principalmente quando envolvem a mudança de etapa, ciclo ou escola. E essas situações exigirão dos alunos a necessidade de construção e/ou exploração de sentidos para que se reconfigure a realidade escolar e a própria identidade (ZENHAS, 2019).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir a pesquisa, constatamos que as diferenças entre o Ensino Fundamental (EF) e o Ensino Médio Integrado (EMI), assim como os desafios enfrentados pelos alunos durante a transição, estão fortemente interligados e estão relacionadas às mudanças significativas na rotina desses jovens. Ao ingressarem no EMI, os estudantes experimentam um aumento substancial na carga horária, já que, enquanto no EF a maioria estudava apenas um turno, no IF passam a frequentar dois turnos (manhã e tarde), conciliando disciplinas da base comum e da base técnica. Além disso, muitos desses estudantes vêm de outros municípios, o que exige que saiam de casa mais cedo para chegar à instituição e retornem mais tarde, devido à distância. Esses fatores acabam impactando diretamente o tempo disponível dos alunos para outras atividades e, frequentemente,

comprometem o desempenho acadêmico. Isso pode resultar em estresse, ansiedade e uma sensação constante de falta de tempo para realizar as demandas escolares de maneira adequada.

O IF Campus Canindé tem se dedicado a suavizar o processo de transição dos estudantes através de iniciativas como a semana de acolhimento e a implementação de políticas públicas voltadas à garantia da permanência e sucesso acadêmico. Essas ações incluem desde o oferecimento de auxílios importantes, como transporte, moradia, óculos e fardamento, até o acompanhamento pedagógico contínuo para monitorar e apoiar o rendimento escolar dos alunos. Esses esforços visam não apenas reduzir as dificuldades enfrentadas nesse período de adaptação, mas também promover um ambiente inclusivo e acolhedor, onde os estudantes possam desenvolver todo o seu potencial acadêmico e pessoal.

As limitações para a profissionalização dos jovens no IF Campus Canindé estão relacionadas a diversos desafios de logística e socioeconômicos, como a falta de recursos financeiros, além da dificuldade de acesso ao campus para estudantes que moram em municípios distantes. Essas barreiras podem afetar o engajamento e a continuidade dos estudos, especialmente no que diz respeito às oportunidades práticas e ao desenvolvimento de competências técnicas. No entanto, as perspectivas para a profissionalização são promissoras, visto que o IF oferece uma formação integrada de qualidade, com suporte pedagógico e iniciativas voltadas à inclusão, como estágios e parcerias com empresas locais. Além disso, políticas de assistência estudantil e o desenvolvimento de habilidades técnicas e socioemocionais proporcionam uma base sólida para que os jovens enfrentem o mercado de trabalho com mais confiança e qualificação.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P.P.M. Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-73.

ABRANTES, Angelo Antonio; BULHÕES, Larissa. Idade adulta e o desenvolvimento psíquico na sociedade de classes: juventude e trabalho. In: MARTINS, Lígia Márcia. ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, Marilda Gonçalves Dias (org.). Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice. Campinas: Autores Associados, 2017, p. 241-266. Acesso 10 dez. 2024.

ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; CRUZ, Juliane Barros. Juventudes e Educação Profissional: um estudo de caso junto aos jovens que cursam o ensino médio integrado ao ensino técnico no IFCE – Campus Fortaleza. Revista Educação e Emancipação, São Luís, v. 9, n. 3, p. 39-61, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/6750>. Acesso em: 16 ago. 2023.

ARAÚJO, R. M. L. et al. Práticas pedagógicas e ensino integrado. Educação em Questão, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v52n38ID7956>. Acesso em: 8 nov. 2024.

ASSUNÇÃO J; GONZAGA G. Educação Profissional no Brasil: Inserção e retorno. **Série Cenários**, n. 3, Brasília: SENAI.DN, 2010.

BRASIL. Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 26 jul. 2023.

BRASIL, MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Brasília: MEC/SEF, vol. Introdução, 1998.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

ASSIS, C. F. Rhadson Monteiro. METODOLOGIAS QUALITATIVAS E QUADROS DE REFERÊNCIA PARA A PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS. REVISTA JurES -v.16, n.29, p. 1-28, jun. 2023. Disponível em: <https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/juresvitoria/article/view/1993/1627>

BRASIL. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2023.

CASTRO, M.H.G.; TIEZZI, S. A reforma do ensino médio e a implantação do ENEM no Brasil. In: BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S. (Org.). **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 119-154. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/4ensinomedio.pdf>> Acesso em 12 julho 2023

CORTI, A. P.; SOUZA, R.. Diálogos com o mundo juvenil: subsídios para educadores. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. Auditoria Contábil: teoria e prática. 10ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2016

CROUCH, C., D.; SAKO, M. **Are skills the answer?** The political economy of skill creation in advanced industrial countries. New York: Oxford University Press. 1999

COSTA, A. M. R. Integração do ensino médio e técnico: percepções de alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-IFPA/Campus Castanhal.

2012. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/3006>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CUNHA, J. A.; Entre pontes e abismos: a transição do ensino fundamental para o ensino médio integrado sob olhar de alunos ingressantes. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – IFAM – Campus Manaus – 2022. 199 p.

DAVIDIS, N. L. Ensino Técnico Profissionalizante, Mercado de Trabalho e Renda: a experiência do Campus Ceilândia do Instituto Federal de Brasília. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Programa de pós-graduação em economia, Brasília, 2018.

DAYRELL, J.T.; GOMES, N.L. Formação de agentes culturais juvenis. In: ENCONTRO DE EXTENSÃO DA UFMG, 6, 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: PROEX; UFMG, 2003. p. 1-4.

DAYRELL, J.T.; LEÃO, G.; BATISTA, J. Juventude, pobreza e ações sócio-educativas no Brasil. In: SPOSITO, M. (Org.). Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades das regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Global, 2007

Dessen, M. A., & Pereira-Silva, N. L. (2004). A família e os programas de intervenção: Tendências atuais. In E. G. Mendes, M. A. Almeida & L. C. A. Williams (Orgs.), Temas em educação especial: Avanços recentes (pp. 179-187). São Carlos: EDUFSCAR.

DUBET, F. El declive de la institución: profesiones, sujetos e individuos en la modernidad. Barcelona: Gedisa, 2006.

FERNANDES, Luana de Mendonça; LEME, Vanessa Barbosa Romera; ELIAS, Luciana Carla dos Santos; SOARES, Adriana Benevides. Preditores do Desempenho Escolar ao final do Ensino Fundamental: Histórico de Reprovação, Habilidades Sociais e Apoio Social. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 26, n.1, p. 215-228, jan./mar. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2018.1-09Pt>. Acesso em: 18 ago. 2024.

FLORIANO, C. R; CRUVINEL, J. J. V. AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A REDUÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO. *Revista Saúde e Educação*, Coromandel, v. 7, n. 1, p. 15 - 35, jan./jun. 2022.

FREITAS, C. R. **A inclusão de alunos surdos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: e agora o que fazer?**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Manaus, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/308>.

Acesso em: 27 set. 2023.

GASPARIN, J. L. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

GASKELL, G.; BAUER, M. W. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOMES, Ramon Cerqueira. **Regulação semiótica no self educacional de adolescentes na transição para o ensino médio profissionalizante**: a atuação da exotopia dentre as posições do eu. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/27216>. Acesso em: 27 jun. 2023.

GROSBAUM, M. W. & Falsarella, A. M. (2016). Ensino médio, educação profissional e desigualdades socioespaciais no estado de São Paulo. *Cadernos Cenpec*, 6 (2), 192-215. <http://dx.doi.org/10.18676/cadernoscenpec.v6i2.364>

GUIMARÃES DUARTE SÁTYRO, N. .; D'ALBUQUERQUE, R. W. O que é um Estudo de Caso e quais as suas potencialidades. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 23, 2020. DOI: 10.5216/sec.v23i.55631. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/55631>. Acesso em: 13 set. 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). IBGE. Cidades, Rio de Janeiro. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Inep. (2023). Censo Escolar, Brasília. Recuperado de <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>

JOST, Itagiane. **Ingresso de jovens no ensino médio**: práticas de acolhimento nos cursos técnicos integrados no IFFAR Campus São Vicente do Sul. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, Jaguarí, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1OIXnylvjEUz27JZgFdy-fJBHz10tukgX/view>. Acesso em: 2 jun. 2023.

Dayrell, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*. Set /Out /Nov /Dez 2003 Nº 24.

KAWANAMI, Carla Cristina. **Ensino Médio Integrado**: um estudo sobre as significações constituídas por estudantes de um *campus* da rede federal. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/22607>. Acesso em: 11 ago. 2023.

LEBOURG, Elodia Honse. **Delicadas Travessias**: um estudo de caso sobre jovens em transição para o Ensino Médio no interior do Brasil. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2015. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/5446>. Acesso em: 27 jun. 2023.

MARIANO, F. Z.; ARRAES, R. A.; SOUZA, N. O. **Desempenho Escolar e Inserção no Mercado de Trabalho**: Uma Avaliação das Escolas Estadual de Ensino Profissionalizantes (EEEP) do Ceará. In: XI Encontro Economia do Ceará em Debate. IPECE 2015. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/2015/trabalhos/Desempenho%20escolar%20e%20inser%C3%A7%C3%A3o%20no%20mercado%20de%20trabalho.pdf> Acesso em: 10 Jul. 2023

MARINHO, Jessica Reis; MENDES, Neuriane de Castro. Política de Assistência Estudantil no contexto Amazônico: discutindo permanência e êxito junto aos discentes do Instituto Federal do Amazonas (IFAM) – Campus Parintins. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória. Anais [...]. Vitória: UFES, 2018. p. 1-17. Disponível em: [http://www.periodicos.ufes.br/?journal=abepss&page=article&op=view&path\[\]=22649](http://www.periodicos.ufes.br/?journal=abepss&page=article&op=view&path[]=22649). Acesso em: 16 jul. 2023.

MARTINS, A. P. Pressupostos de Gramsci na educação profissional e tecnológica de nível médio. **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, v. 1, n. 2, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos – CNTC*. 3ª Edição. Publicado em 2008. Atualização de 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41271-cnct-3-edicao-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 27 de jul. 2023.

_____. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_o_educacao_profissional.pdf> Acesso em: 27 jul. 2023.

_____. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, 2008 a 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/auditorias/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/13175-centenario-da-rede-federal-de-educacao-profissional-e-tecnologica>>. Acesso em 27 jul. 2023.

MOEHLECKE, Sabrina. O Ensino Médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências e novas inquietações. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 49, Rio de Janeiro. Jan- abril, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782012000100003&script=sci_arttext Acesso em: 10 julho 2023

PACHECO, E. (org.). Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio: proposta de diretrizes curriculares nacionais. São Paulo: Moderna, 2012.

PREVITALI, F. S. Relações Laborais em Portugal: a precarização dos trabalhadores da enfermagem. In: PREVITALI, F. S.; et al. (Orgs.) Trabalho, Educação e Conflitos Sociais: diálogos Brasil e Portugal. São Paulo: Edições Verona, s/p. 2015.

TITSCHER, S.; MAYER, M.; WODAK, R.; VETTER, E. Methods of text and discourse analysis. London: Sage, 2002.

ROSA, S. Relação entre educação e trabalho no curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio. 2015. 2018 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

SANTOS, L. V. **Assistência estudantil e serviço social**: a atuação dos assistentes sociais nos *Campi* do IFAM em Manaus. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/7278>. Acesso em: 27 set. 2023.

SHWERD, R. A (1990) Cultural psychology – what is it? In STIGLER, J. W.; SHWEDER, R. A.; HERDT, G. Cultural Psychology: essays on comparative human development. Cambridge. University Press, 1990.

SILVEIRA, S. S. S.; MARTINS, S. N. Currículo integrado e práticas pedagógicas nos IFs: mapeamento de pesquisas em bases de dados. #Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.35819/tear.v8.n2.a3592>. Acesso em: 9 abr. 2024.

SPOSITO, M.P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude escola no Brasil. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P.P.M. (Org.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-128.

VAZ, Ana Carolina de Souza; RIBEIRO, Jamel Junia; CEZAR, Lilian Sagio. Transição escolar de alunos do 9º ano do Ensino Fundamental de escolas localizadas na Comunidade Remanescente de Quilombo da Rasa para o 1º ano de Ensino Médio no Centro da Cidade de Armação dos Búzios/RJ. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO, 5., 2018, Niterói. **Anais** [...]. Niterói: UFF, 2018. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/ceduce/trabalhos/TRABALHO_EV111_MD1_SA8_ID14_03062018231557.pdf. Acesso em: 16 ago. 2024.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Desafio da qualidade da Educação: gestão da sala de aula. São Paulo: Liberta, 2014.

VECCHIETTI, M. D. A moda como meio condutor para o desenvolvimento da autoestima de uma mulher. UNESC, Criciúma, 2019. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/handle/1/8688>> . Acesso em: 09 abr. 2024.

ZENHAS, Armanda Martins. A experiência de crianças na sua integração numa nova escola e num ano de transição de ciclo. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, 2019.

ZIBENBERG, I. G. S. Permanência e êxito na passagem pelo ensino médio integrado: implicações do capital cultural e do ofício de aluno na seletividade escolar. 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2016.